

Identidade quilombola e a ativação patrimonial no Povoado do Moinho

Quilombola Identity and Heritagisation in Povoado do Moinho

REBUT: 29-11-2019 // ACCEPTAT: 08-12-2020

Christiane Ayumi Kuwae

Centro de Estudo e Pesquisa Ciranda da Arte/ Seduc-GO (Brasil)

Resumo

O Povoado do Moinho é uma comunidade rural quilombola na cidade de Alto Paraíso de Goiás. Situado no nordeste goiano brasileiro, onde, por muitos anos, foi conhecido somente como uma região de extrema pobreza, hoje é também conhecido pelo seu potencial ecoturístico. Em busca de compreender mais profundamente o Povoado para um projeto educacional, apresentamos um conjunto de reflexões sobre a recente certificação deste território como quilombo, as implicações simbólicas da assunção da identidade quilombola e sua possível contribuição para o desenvolvimento de um comércio justo dos produtos alimentares, do artesanato local e do desenvolvimento do turismo, ao lado da importância do acesso à educação formal para seus moradores. A partir da pesquisa-ação, buscamos compreender alguns jogos simbólicos

Abstract

Povoado do Moinho is a rural quilombola community in the city of Alto Paraíso de Goiás. Situated in the northeast of the Brazilian state Goiás, its ecotourism potential is starting to be recognized after many years being known solely for the extreme poverty that plagued the region. In an attempt to understand the Povoado for an educational project, we reflect on the recent certification of this territory as a quilombo the symbolic implications of assuming a quilombola identity, and its potential contribution to develop a fair trade in food products and local crafts. We also reflect on its importance for local tourism development and the importance of access to formal education by local residents. Based on action research, we seek to understand symbolic games that capitalize social relations in the territory as well as to reflect on how these

que capitalizam as relações sociais no território, e refletir como elas precisam permeiar a construção de um processo educativo que busque potencializar os sujeitos.

Palavras-chave: identidade; quilombo; ativação patrimonial; comércio justo; educação

relations should permeate the construction of an educational process that seeks to empower its subjects.

Keywords: identity; quilombo; heritage activation; fair trade; education

Introdução

O Povoado do Moinho é uma comunidade quilombola, localizada na cidade de Alto Paraíso de Goiás, formado no final do século XIX. No período colonial (1500 – 1822), formaram-se no Brasil comunidades insurgentes ao sistema escravocrata vigente, chamados de quilombos, semelhantes aos *palenques* e *cumbes* na América espanhola. Atualmente, os resquícios de quilombo ou as comunidades quilombolas contemporâneas definem grupos étnicorraciais que perpetuaram suas práticas culturais singulares como movimento de (reex-, res-)istência (Gomes 2015).

O objetivo deste artigo é compreender com mais profundidade o que está em jogo quando se desenvolve uma atividade de educação em uma comunidade quilombola utilizando como exemplo as ações do Instituto de Ensino, Pesquisa e Extensão em Arte Educação e Tecnologias Sustentáveis (Ipeartes) da Secretaria de Educação do Estado de Goiás (Seduc-GO).

No Brasil, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um programa que visa dar às pessoas que interromperam ou não tiveram acesso à educação formal no tempo regular a oportunidade de retomar os estudos. A oferta da EJA pelo Ipeartes/Seduc-GO, no Povoado do Moinho teve início em 2018, fruto de uma reunião de escuta com os moradores. Nesta reunião foram mapeadas atividades de interesse da comunidade que poderiam ser oferecidas, e a mais desejada era a oportunidade de conclusão da educação formal, seguida da capacitação para o turismo. Deste modo, o Instituto iniciou suas atividades no povoado ofertando aulas da EJA, cursos de turismo, desidratação solar de alimentos, teatro, música e terapia corporal.

O Ipeartes/Seduc é um projeto fundado em 2016, para a implementação das “17 Metas de Desenvolvimento Sustentável” da Organização das Nações Unidas, mais especificamente a meta 4, referente à educação, no Estado de Goiás. Objetiva promover uma educação transformadora, fundamentada na arte/educação e nas tecnologias sustentáveis, buscando alcançar a formação do ser hu-

mano em sua plenitude (Goiás 2017). Com sede em Alto Paraíso de Goiás, o Instituto oferece atividades de educação formal nas escolas públicas da região e atividades de educação não formal à população.

A partir da observação das aulas da EJA e dos cursos livres desenvolvidos no Povoado do Moinho no período de março a dezembro de 2018, apresentamos algumas reflexões teóricas sobre a recente certificação deste território como quilombo, sobre o que está em jogo na assunção da identidade quilombola e sua possível contribuição para o desenvolvimento de um comércio justo dos produtos locais, além da importância do acesso à educação formal para seus moradores. As reflexões presentes neste artigo, fazem parte de um exercício de aproximação do fazer científico à prática pedagógica, na busca de trazer o rigor da pesquisa científica para uma análise mais densa da realidade. Propõe-se uma aproximação da antropologia interpretativa de Clifford Geertz (1989) e busca de compreender o discurso social, isto é, de descrever e analisar as particularidades e fatos sociais acerca dos sujeitos e do contexto social em que a EJA foi desenvolvida. Destaca-se, porém, que o trabalho aqui apresentado não consistiu em uma etnografia, mas desenvolveu-se através da pesquisa-ação (Thiollent 2009), em que o papel social de pesquisador e docente estiveram entrelaçados, não constituindo-se, portanto, enquanto etnografia.

Pesquisa-ação

Entre as diversas definições possíveis, adotamos a que a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica, concebida e realizada em estreita associação com uma ação transformadora, ou resolução de um problema coletivo (como os desejos dos moradores do Povoado do Moinho), no qual os pesquisadores (neste caso, educadores) e os participantes representativos da situação (moradores do povoado e estudantes) estão envolvidos de modo participativo (Thiollent 2009). A pesquisa-ação pressupõe um movimento contínuo entre a observação empírica e a reflexão teórica, em busca da reflexividade dos pesquisadores e do aprofundamento das observações do campo. Nesta direção, buscamos suporte na Sociologia e na Antropologia para guiar as análises, utilizando-nos da construção de categorias, da aproximação de conceitos e de autores como ‘ferramentas’ para compreender o mundo social (Luz 1988).

Partindo da observação empírica e das leituras teóricas, selecionamos autores, como Pierre Bourdieu (2013), para discutir as relações sociais observadas no campo, Maria Geralda de Almeida (2016), para debater as singularidades dos povos tradicionais do nordeste goiano, e as reflexões sobre ativação patrimonial de Llorenç Prats (2005). Paulo Freire (1996) e Boaventura de Souza Santos (2004)

foram as referências para dialogar sobre educação popular e ecologia dos saberes, Jesús Contreras e Mabel Gracia Arnaiz (2011), para analisar aspectos simbólicos da alimentação.

Alto Paraíso de Goiás

Alto Paraíso de Goiás está situada à 230 quilômetros de Brasília, que é a metrópole mais próxima, e à 425 km de Goiânia, capital do estado de Goiás. Situada no nordeste de Goiás, abriga as últimas áreas de cerrado nativo do mundo. E compõe a Área de Proteção Ambiental (APA) Pouso Alto, juntamente com os municípios de Cavalcante, Colinas do Sul, Nova Roma, São João D'Aliança e Teresina de Goiás. Em Alto Paraíso está localizada a entrada do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV), considerado Patrimônio Mundial da Unesco desde 2001.

O local é cada vez mais conhecido pelo crescimento turístico. As cachoeiras e a beleza cênica do cerrado preservado, com destaque do PNCV e da cachoeira Santa Bárbara, que tem atraído turistas de todas as partes do Brasil e do mundo. Apesar do aumento do interesse na região nas últimas décadas, este mesmo território, por muitos anos, era conhecido somente como 'corredor da miséria', devido aos baixos níveis de desenvolvimento social e econômico, entre eles as altas taxas de analfabetismo e de evasão escolar (Carvalho 2004).

A cidade possui uma dinâmica complexa, que envolve diversos atores sociais e seus respectivos interesses, que vão desde o ativismo ambiental pela preservação do cerrado, agentes econômicos vinculados à exploração extrativista de minérios e de geração de energia elétrica, passando por comunidades tradicionais¹ e suas necessidades de reconhecimento e valorização aos interesses econômicos imediatistas do desenvolvimento de um turismo massificado.

Apesar de ser a última porção de cerrado nativo do mundo, e este bioma ser considerado um hotspot mundial de biodiversidade (Myers et al. 2000), a região é considerada área de expansão da fronteira do agronegócio. Em meio a tantos interesses antagônicos, a região ainda é palco de diversas expressões espiritualistas, místicas e religiosas.

Se analisarmos a composição da população pela imigração, Alto Paraíso de Goiás possui a maior porcentagem de imigrantes entre as cidades da APA

¹ Povos e Comunidades Tradicionais são grupos que possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. ex: comunidades indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, pescadores (Brasil 2007).

Pouso Alto. De acordo com o último censo, a cidade possuía 6.885 mil habitantes, sendo que, destes, 23,13 % era imigrante de outras regiões brasileiras, e cerca de 0,85 % era de imigrantes estrangeiros. Em comparação com duas das maiores cidades da APA Pouso Alto, na mesma época, em São João da Aliança, havia 10.257 habitantes, sendo que 20 % da população era formada por imigrantes de outros estados do Brasil e apenas 0,22 % da população de Goiás era composta de estrangeiros. Cavalcante possuía 9.392 habitantes, sendo 7,38 % de imigrantes de outros estados brasileiros e 0,05 % de imigrantes estrangeiros (IBGE 2010).

Esta diversidade cultural, resultante da dinâmica imigratória da região, é também potencializada pelo turismo, como se pode perceber nos restaurantes de culinária internacional (rio-platense, francesa, italiana), nas opções veganas em qualquer cardápio local, no calendário anual de eventos culturais (Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, Aldeia Multiétnica) e místicos (Festival Mãe d'água de Medicinas Sagradas, Festival Ilumina) e no cotidiano da cidade nas feiras de alimentos.

As feiras de alimento acontecem em quatro dias na semana: às terças-feiras e sábados (Feira do Produtor Rural) e às quintas-feiras e domingos (Feira Popular da Agricultura Familiar). Em comparação a duas cidades vizinhas, Cavalcante, que tem uma população 30 % maior, tem apenas uma feira em um dia da semana, e o mesmo ocorre em São João d'Aliança, que tem uma população 50 % maior. Nas duas feiras há participação de produtores do Povoado do Moinho.

Além das feiras regulares, é realizada, desde 2011, a Feira de Sementes e Mudanças da Chapada dos Veadeiros. Este evento tem o intuito de promover e resguardar a biodiversidade das sementes criolas (milho, feijão, árvores nativas do cerrado, legumes, verduras, frutas), além do intercâmbio local entre produtores rurais, assentados da reforma agrária, quilombolas, líderes comunitários, membros do poder público, pesquisadores e estudantes (Campos 2018). Estes aspectos fazem da cidade de Alto Paraíso uma cidade no interior de Goiás com uma dinâmica singular, multicultural e cosmopolita, e que, mesmo que em menor volume, está presente no Povoado do Moinho.

Attuch (2006), em sua pesquisa etnográfica no Povoado do Moinho, buscou esclarecer a classificação local dos moradores em 'de dentro', 'alternativos', 'chegantes' e 'de fora'. Aqueles considerados 'de dentro' da comunidade são pessoas que lá residem há muitos anos – descendentes das famílias que deram origem à comunidade, parentes Kalungas (quilombo de Cavalcante) e do Sertão (comunidade rural próxima em Alto Paraíso), pessoas de outras cidades do interior de Goiás ou de outros estados, mas que, pelos laços de parentesco estabelecidos, como o matrimônio, passaram a ser consideradas como parte do grupo.

Os ‘de fora’ abrangem três categorias que refletem a dinâmica migratória e turística do local. Os ‘alternativos’ são os imigrantes da década de 1970-1980 que estabeleceram residência dentro do povoado ou nos arredores, como o Solarium e a Flor de Ouro. A Flor de Ouro é uma comunidade que atualmente se define como uma ecovila. O Solarium era formado por um grupo ligado a questões esotéricas. ‘Os chegantes’ são imigrantes mais recentes, das últimas duas décadas, alguns deles estrangeiros, que se estabeleceram na comunidade. Tanto ‘alternativos’ como ‘chegantes’ integraram-se de formas plurais à comunidade, sendo que nem todos estabeleceram uma relação próxima com os moradores tradicionais. Os ‘de fora’ são os turistas que passam pelo povoado, ou permanecem apenas por um período (Attuch 2006).

Povoado do Moinho

Segundo a história de que se tem registro, esta comunidade surgiu a partir da doação de alguns lotes das fazendas Bomsucesso e Moinho a alguns de seus trabalhadores escravizados (Laranjeira, Meirele y Gasparini 2012). No entanto, ao longo das aulas da EJA pudemos perceber que essa versão romantizada por livros não condiz com a memória de algumas pessoas do povoado.

Seu nome faz referência ao moinho de água de beneficiamento de trigo, que teve seu auge de produção no século XVIII. Como um quilombo rural, a comunidade desenvolveu o cultivo da terra em pequenos roçados e saberes aprofundados sobre as plantas medicinais, os frutos do cerrado e a conservação dos rios que circundam a comunidade.

O povoado recebeu o título como resquício de quilombo em 2015 pela Fundação Cultural Palmares². No Brasil, a titulação como quilombo salva-guarda o território e os modos de vida destes povos e integra um conjunto de políticas públicas de promoção da igualdade racial direcionadas à população negra (Rodrigues 2010).

A comunidade possui cerca de 200 habitantes, entre descendentes das famílias originárias (a maioria com estreitos laços de parentesco) e aproximadamente 50 imigrantes, chegantes e alternativos, e é formada por moradias, um bar, um mercado-lanchonete, uma escola, um posto de saúde, uma igreja católica e um templo evangélico.

Os homens desenvolvem atividades de cultivo à terra (lavradores e meeiros das fazendas próximas) e na construção civil na cidade. As mulheres costumam

² Fundação Cultural Palmares é uma entidade vinculada ao Ministério da Cidadania e desde 2003 é o órgão responsável no governo brasileiro pela emissão de certidão às comunidades quilombolas.

trabalhar nas casas e empreendimentos dos/as chegantes na região, além de exercerem ofícios de artesãs, cozinheiras, costureiras, parteiras, entre outras atividades (como a produção de pães, doces, compotas de frutas, licores, produtos medicinais, sabonetes, artesanato e bonecas de pano).

Com poucas ruas, a maioria das casas são térreas, de alvenaria, e nem sempre são pintadas ou possuem forro no telhado. A simplicidade das casas contrasta com a exuberância dos quintais³, repletos de flores, árvores frutíferas, hortaliças, ervas e galinhas criadas soltas, e, ainda, com construções de arquitetura mais contemporânea de dois andares e jardins planejados, dos ‘chegantes’.

Dona Flor é a moradora mais conhecida do Povoado do Moinho. Além de ser uma matriarca importante na comunidade, realizou mais de 300 partos e seus saberes como parteira e raizeira⁴ já foram tema de inúmeras teses, dissertações e documentários. Tanto no Moinho como na cidade, raizeiros, parteiras e benzedeadas ganharam projeção com a fama da Dona Flor e do Raízes – Grande Encontro de Raizeiros, Parteiras, Benzedeadas e Pajés na Chapada dos Veadeiros, evento que acontece desde 2016 e busca mapear e salvaguardar estes saberes. A biodiversidade do cerrado e o conhecimento dos povos tradicionais atraem para a região pessoas, em busca de tratamento e pelo interesse acadêmico e comercial sobre estes saberes, do Brasil e do mundo (Attuch 2006).

Segundo Almeida (2016), as populações tradicionais do cerrado possuem uma estreita relação com a natureza, como pode ser observado no desenvolvimento do conhecimento sobre as propriedades medicinais das plantas nativas, no cultivo dos quintais, na preservação da sociobiodiversidade das sementes criolas e na sua cultura alimentar.

Este conhecimento aprofundado sobre a dinâmica do clima, dos ciclos das plantas nativas, do manejo do solo do cerrado, que é ácido e pedregoso, e da preservação das nascentes de água não é percebido pelos moradores tradicionais como uma questão de preservação da natureza ou de soberania alimentar, que é o discurso mais presente na cidade de Alto Paraíso. Entre eles, esta concepção de natureza apartada do sujeito, na qual o homem é a figura central e a natureza é um ‘meio ambiente’, não faz sentido. Dentro do povoado, a relação com a natureza emerge como uma forma objetivada de cultura, ou seja, os rios que circundam o povoado, os quintais e o cerrado nativo fazem parte do seu sistema cultural e modo de vida. Deste modo, salvaguardar estes elementos, considerados ‘da natureza’, no discurso citadino, são significados entre os moradores tradicionais como salvaguardar as próprias características do povoado.

³ Terreno, geralmente com jardim, horta, árvores frutíferas ao lado ou ao fundo das casas.

⁴ Raizeiro/a denomina pessoas que possuem conhecimento das propriedades medicinais das plantas pela sua experiência e da tradição cultural local.

Ao longo do ano, fomos convidados para conhecer alguns quintais, apresentados com muito orgulho pelos moradores. Para um observador pouco familiarizado, eles parecem desordenados, com uma grande variedade de plantas misturadas em um mesmo espaço, as quais aparentemente são comuns, sem valor ornamental ou alimentício. Entretanto, os moradores identificam cada planta e as propriedades medicinais de cada uma, seu uso culinário e seu ciclo de cultivo. Muitas frutas utilizadas, por exemplo, para fazer geleia, vinho e compota são cultivadas e colhidas nos quintais, ou no cerrado nativo. Para Almeida, neste sentido, o quintal é um espaço de expressão do saber-fazer, próprio da cultura desta comunidade, no qual as plantas, seu manejo e disposição possuem ordem e sentido para quem os cultiva, compondo uma ordenação social do espaço e de um modo de vida singular (Almeida, 2016).

De acordo com os relatos nas aulas, a variedade de plantas cultivadas nos quintais tem diminuído ao longo dos anos, devido ao deslocamento das oportunidades de sustento para o trabalho remunerado na cidade, reduzindo o tempo dedicado ao cuidado da terra. Apesar disso, os quintais continuam sendo um espaço importante para as famílias, como explicitado na mandala de conhecimentos produzida pelos estudantes, no final do primeiro semestre de aula da EJA. Nela, as frutas e as ervas dos quintais foram destacadas como uma das riquezas do povoado, ao lado dos frutos e plantas colhidos no cerrado.

O conhecimento sobre o ciclo das plantas nativas, suas etapas de floração, frutificação, a localização delas nos campos abertos, sua comestibilidade, o conhecimento sobre suas propriedades medicinais são outro conjunto de saberes desta comunidade. Na temporada, mangaba, cajuzinho do cerrado, cagaita e outros frutos do cerrado são coletados para a produção de suco, polpas de fruta, ou para a produção de doces, compotas e geleias. Além das frutas, eles relataram o consumo de palmeiras da região, como o catulé —da qual se extrai um palmito amargo, muito apreciado na culinária goiana—, o coco indaiá, da qual eles produziam um doce típico, o pé-de-moleque, e o buriti, do qual é feito o doce e a extração de óleo.

Durante as aulas do EJA os moradores-estudantes relataram a diminuição da variedade e da quantidade de plantas nativas do entorno nos últimos anos, seja pelas alterações climáticas das últimas décadas, especialmente em relação ao regime de chuvas, seja pelo loteamento das terras no entorno do povoado, que restringiram seu acesso ao campo.

A partir dos relatos nas aulas, observamos que o cerrado nativo ao redor do povoado também é um espaço socialmente significativo, onde se caminha com familiaridade, com marcadores espaciais que só eles reconhecem e que possuem um ordenamento e uma lógica singular entre os moradores tradicionais. E que as mudanças climáticas e a dificuldade crescente de encontrar as plantas do cer-

rado de uso medicinal e alimentícias têm sido um sinal de alerta para a comunidade sobre a continuidade do seu modo de vida e a reprodução dos seus saberes.

Paz e a tranquilidade da natureza

O caminho da estrada de terra entre a cidade e o povoado é marcado pelos morros e por uma vista panorâmica do vale, onde, embaixo, fica situado o povoado. O Vale do Moinho fica situado nas margens do Rio São Bartolomeu, entre os contrafortes da Serra Geral do Paranã e a Serra da Água Fria. Além do Rio São Bartolomeu, a comunidade é circundada pelo Córrego Manaína (de onde é retirada a água de abastecimento do povoado), do Rio Santo Antônio e do Rio Preto (que abastece as cachoeiras dos Anjos e dos Arcanjos). A topografia dos morros, a água cristalina dos rios que banham o vale, a imponência das cachoeiras e a vegetação sempre verde, mesmo no período da seca, compõem um microclima e uma paisagem local idílica neste território.

Ao lado desta natureza exuberante, o pequeno povoado de casas simples parece ter parado no tempo. As fachadas, ornamentadas com flores e jardins bem cuidados, pontuam suas ruas. Neste cenário, seus moradores, modestos, simpáticos e acolhedores, demonstram um vasto conhecimento sobre o cerrado e a vida no campo em qualquer conversa informal. Deste modo, o Povoado do Moinho representa simbolicamente o bucolismo, a pureza, a simplicidade e, aos olhos dos ‘chegantes’ e turistas vindos de um cenário urbano, uma reconexão com a natureza, a nostalgia de um passado perdido, um intervalo do caos dos centros urbanos, respiro das demandas incessantes da modernidade.

Costa et al. (2015) argumenta que a natureza se reinventa, contemporaneamente, pelo seu valor de recurso, não só o econômico, mas principalmente pelo espetacular, exibido pelo turismo como uma aproximação do ‘não artificial’. A natureza, deste modo, não é natural. A construção simbólica sobre os significados que a natureza pode ter singulariza as diversas concepções sobre ela. Neste caso, o Povoado do Moinho representa simbolicamente um exemplo de comunidade que se desenvolveu em conexão positiva com a natureza. O olhar romantizado do turista e dos chegantes expressa a simplicidade das casas e dos seus moradores como representação de uma conexão com a natureza, de uma pureza e do bem viver.

Esta construção social sobre a comunidade está inserida no jogo social contemporâneo, que mescla discursos sobre as preocupações ecológicas e ambientais, a idealização da natureza como sagrada e, paradoxalmente, sua transformação como mercadoria consumível por meio do turismo, tornando-a refúgio à urbanidade e à massificação da globalização. Esta construção qualifica deter-

minados locais, como o povoado, como representativos destes desejos e valores. Valores que não são imanentes ou próprios do lugar, mas construídos socialmente (Costa et al. 2015).

Deste modo, valores simbólicos como simplicidade, pureza e natureza correspondem aos apelos do imaginário criado pelo e para o cidadão, que chega neste local como turista ou imigrante.

O valor da simplicidade

Os produtos típicos da região são os vinhos de jabuticaba e amora, pães, compotas de frutas do cerrado, sucos, pão de queijo e outras comidas típicas da culinária goiana. A grande maioria é encontrada sob encomenda ou quando se conhece as pessoas que vendem, onde moram. Assim como os produtos alimentares, a produção de artesanato local é flutuante entre bordado, costura, tapeçaria e crochê. A produção mais regular é das bonecas de tecido. Ainda não existe um ponto de comércio fixo que agregue as produções alimentícias locais e o artesanato produzido por todos os moradores.

Apesar do reconhecimento da alimentação como um ponto importante da economia local e do desejo de que ela seja explorada no desenvolvimento do turismo, as comidas produzidas e comercializadas no povoado seguem principalmente uma lógica de reciprocidade entre os moradores. Grande parte da produção alimenta as relações sociais em circuitos de troca e consumo familiar.

Ao lado disso, na perspectiva dos moradores a comida que fazem é simples e comum, feita com o que se tem ‘a mão’. Para os ‘de fora’, no entanto, a comida simples e caseira e os sucos de frutas do cerrado, preparados com alimentos cultivados sem agrotóxicos nos quintais da casa, são uma verdadeira iguaria. Neste caso, a simplicidade, a regionalidade, o caseiro, a produção agroecológica dos alimentos e as refeições com ingredientes locais são qualidades supervalorizadas pelas pessoas ‘de fora’, mas não reconhecidas como tal pelos moradores ‘de dentro’.

Contreras e Gracia (2011) analisam que reconhecer a singularidade de uma culinária, ou seja, demarcar algo como típico ou identitário, faz parte de um jogo de alteridade impulsionado por uma demanda. É no contato com outras formas de comer que se percebem as diferenças e, conseqüentemente, as singularidades de cada culinária. No entanto, para a maioria das pessoas nativas de qualquer cultura, reconhecer as características da própria cozinha não é algo evidente. Sendo assim, os moradores ‘de dentro’, por não terem o mesmo repertório alimentar, cultural e gastronômico das pessoas que vêm ‘de fora’, não reconhecem as singularidades da comida local, nem a significam da mesma maneira. Essa di-

ferença de capital cultural (Bourdieu 2013) no campo de experiências gastronômicas demarca, portanto, diferentes percepções e valores simbólicos atribuídos às comidas produzidas no Povoado do Moinho.

Da mesma forma que a natureza, a simplicidade da culinária local ganha qualidades positivas em contraposição à massificação, urbanidade e industrialização da comida. Os ‘chegantes’ e turistas que vêm de um contexto urbano e globalizado classificam a culinária regional, caseira e interiorana como singular, rara, agroecológica, local, tradicional e exótica –qualidades supervalorizadas no cenário urbano local.

Tendo em vista as diferenças de percepção, os moradores tradicionais, contudo, não exploram estes valores na sua comercialização. Tanto os moradores ‘de dentro’ quanto os ‘chegantes’ do Moinho participam das feiras em Alto Paraíso, e, apesar de os moradores ‘de dentro’ serem valorizados neste ambiente por quem os conhece como originários do povoado, e de seus produtos serem apreciados por serem produzidos por eles, a apresentação de seus produtos não “seduz” consumidores que não conhecem o produtor.

Observamos que há uma diferença na apropriação e conhecimento sobre o jogo simbólico (Bourdieu 2013) presente na comercialização entre os ‘de dentro’ e os ‘chegantes’. Além dos produtos dos ‘de dentro’ não possuírem uma apresentação que os identifique como sendo do Povoado do Moinho, as estratégias de venda também não os valorizam como agroecológicos, ou provenientes de uma comunidade tradicional. A apropriação simbólica do Moinho como vendável e o valor agregado aos produtos é utilizada por ‘chegantes’ que (re)conhecem o jogo simbólico que capitaliza o território do Moinho como um valor comercial. Se considerarmos as diretrizes de Comércio Justo (Clac 2019), podemos analisar que, se por um lado a propaganda destes produtos os associa à comunidade como um valor agregado, por outro, o Povoado do Moinho não recebe parte dos lucros. Deste modo, as qualidades simbólicas associadas ao povoado são apropriadas para um marketing mercantilista e capitalista, na medida em que não há uma contrapartida para a comunidade tradicional. Esta relação assimétrica entre os atores sociais locais ratifica a histórica violência simbólica de exploração sofrida pelos moradores tradicionais.

Turismo no Moinho

No Povoado do Moinho as atrações turísticas mais conhecidas são as cachoeiras Anjos e Arcanjos, que ficam dentro de uma propriedade privada, o Parque Solarium. Para chegar à propriedade, o trajeto circunda o povoado, e, portanto, sua população quase não se beneficia do fluxo turístico, já que o valor cobrado

de entrada das cachoeiras é restrito ao seu proprietário e os visitantes não circulam pelo povoado.

Uma das poucas formas em que o turismo beneficia a comunidade é na oferta de refeições sob encomenda, mas esta possibilidade é conhecida somente por pessoas que já frequentaram o local e sabem dessa possibilidade. Recentemente, a construção de um *hostel*, de uma pousada e de aluguéis por *ainbnb* têm mudado a dinâmica do povoado. Mas a maioria das iniciativas de hospedagem são de ‘chegantes’, muitos deles estrangeiros. A população local ainda não integra essa rede de hospedagem, na qual é necessário investimento financeiro em infraestrutura.

Durante o ano de 2018, além da EJA foi oferecido um curso de turismo, tendo como eixo o Turismo de Base Comunitária como possibilidade de desenvolvimento local. Apesar do interesse da comunidade em desenvolver o turismo no povoado, o receio de que isso signifique perder a qualidade de vida, torna seu desenvolvimento no povoado um tema controverso. Eles reconhecem o potencial de geração de renda local, mas ao mesmo tempo, não o considera benéfico, se isso significa perder a tranquilidade da vida no povoado. Observamos que, apesar de os moradores tradicionais serem cautelosos em relação ao desenvolvimento do turismo, os ‘chegantes’ já estão investindo em empreendimentos com estes fins. Como nas análises anteriores, o empoderamento da comunidade em relação as suas características e seu valor turístico são ferramentas para que o futuro da comunidade respeite seus moradores tradicionais.

Educação de jovens e adultos: conhecimento e poder

Grande parte da população nativa do povoado não pôde estudar, ou não concluiu os estudos. Saber ler, escrever, resolver questões matemáticas são competências que eles classificam como um ponto de virada na sua trajetória de vida. A EJA ofertada pelo Ipeartes/Seduc é a primeira iniciativa de educação formal no povoado, mas não foi a primeira iniciativa de alfabetizar os moradores. Dona Jurema realizou um projeto há alguns anos que alfabetizou muitas pessoas da comunidade.

Cerca de 30 moradores-estudantes foram atendidos em 2018, com idades que variavam entre 16 e 68 anos, sendo que a parcela dos jovens (16 a 25 anos) foi minoritária, se comparada com a de 50 a 68. A demanda de escolarização se apresentava nos diversos níveis escolares –da alfabetização ao ensino médio. A Escola Municipal do Moinho oferece apenas os anos iniciais da educação formal (educação infantil e os primeiros anos do fundamental), e, por isso, para continuar a estudar é preciso se deslocar para a cidade. A dificuldade de se ter um transporte regular, a estrada de terra, as intempéries e os custos para manter a vida estudantil, ao lado da necessidade de geração de renda para seu sus-

tento, estão entre os fatores limitantes que justificaram a interrupção dos estudos. Os moradores mais antigos do Povoado do Moinho relatam, sempre com muito pesar, durante as aulas da EJA, as dificuldades e os motivos de não terem conseguido concluir seus estudos. Podemos perceber nos discursos dos estudantes-moradores como o acesso à educação é um espaço de privilégio, ainda mais em uma comunidade rural negra.

O desejo de terminar os estudos revela que eles reconhecem uma assimetria de poder (Bourdieu 2013) dentro do povoado e em Alto Paraíso, que é do poder do conhecimento letrado. A habilidade de ler, escrever, resolver equações matemáticas com facilidade são ações que os sujeitos consideram empoderadoras, no sentido de que, com estas habilidades, eles podem ter mais autonomia para agir e tomar suas decisões por conta própria. Mais do que uma prática escolar, essas habilidades emergem neste contexto como uma aquisição de capital simbólico e cultural, como propõe Bourdieu (2013), afinal, desenvolver estas habilidades, adquirir um novo vocabulário, considerado mais culto, e ampliar o repertório de conhecimentos culturais são também elementos de distinção social e simbolicamente aproxima as polaridades de saber-conhecimento dentro e fora do povoado. Neste contexto, fica evidente que o (não) acesso à educação formal é um marcador que legitima e reproduz privilégios sociais, visto que a escola e o saber escolar representam um saber-poder (Bourdieu 2013). É notório que os moradores-estudantes reconhecem que o saber escolar descortina novos esquemas de apreciação, percepção e ação do mundo social, e que é um conhecimento legitimado e valorizado no povoado, não só simbolicamente, mas na vida prática. E que as habilidades de ler e escrever abrem, no contexto mencionado, universos distintos e possibilidades de viver improváveis sem elas.

O reconhecimento do valor dos saberes tradicionais

Identificamos que entre os moradores-estudantes há um desejo de aprender a “Ciência”, como se só o conhecimento aprendido na sala de aula tivesse valor. Ao abordarmos os saberes-fazer dos moradores-estudantes nas aulas da EJA sobre as plantas, clima, dinâmica de cultivo, animais da região, unidades de medida locais e outros saberes comunitários, estes não são reconhecidos por eles como um conhecimento legitimado. Deste modo, observamos a reprodução de uma concepção da ciência e do conhecimento científico como ‘o’ conhecimento real e legítimo (Santos 2004).

A EJA representa uma oportunidade que lhes foi negada na juventude. Deste modo, o desejo de exercer o papel social de estudante, ou seja, desta disposição para o aprendizado, reproduz uma concepção tradicional da educação do estu-

dante passivo, receptor de conhecimento. Sendo assim, apesar da perspectiva de educação popular freiriana (Freire 1996) adotada pelo corpo docente, que estimula o reconhecimento dos saberes dos sujeitos, esta prática esbarra na expectativa dos estudantes. Observamos que o desejo dos estudantes é de dominar habilidades e conhecimentos da educação formal e que a escola e as aulas são significadas como um momento para aprender ‘o que eu ainda não sei’.

Este aspecto também foi observado no relato sobre a alimentação. Segundo as moradoras, os doces e geleias produzidos na comunidade tiveram início a partir de um curso de capacitação do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), há alguns anos. Apesar de as mulheres terem adaptado as receitas, desenvolvido outras, elas se referem a esta prática como algo que veio para o povoado, anulando a memória das suas próprias receitas e modos de fazer anteriores e da sua agência sobre a produção das geleias e doces aprendidos.

No entanto, o modo de vida local, como por exemplo, o desenvolvimento da comunidade preservando a qualidade da água que abastece o povoado, o conhecimento sobre as frutas e as plantas medicinais colhidas no cerrado são a expressão da cultura e dos saberes que eles desenvolveram neste vale ao longo de mais de um século. Segundo Almeida (2010), os povos tradicionais do cerrado desenvolveram um conhecimento singular sobre as plantas, animais, ciclos biogeoquímicos, ecológicos e hidrológicos, desenvolvendo estratégias que integram os recursos bióticos à comunidade. Como consequência disso, o desenvolvimento de uma cultura em sintonia com a biodiversidade deste ecossistema é um patrimônio cultural de domínio destas populações.

Durante os debates da EJA, os estudantes relataram que percebem que outras pessoas se beneficiam de seus conhecimentos, sejam estrangeiros e novos moradores que abrem negócios no território, sejam pesquisadores que não oferecem nenhuma devolutiva de suas pesquisas à comunidade. No entanto, dentro de sala de aula não é este o conhecimento valorado.

A partir deste diagnóstico, as atividades de ensino-aprendizagem buscaram criar pontes entre o saber científico e o saber dos moradores-estudantes, a fim de evidenciar que o conhecimento douto é uma forma de conhecimento tão legítima quanto o saber popular. Como por exemplo: a correspondência entre as medidas de distância locais em relação às medidas padrões, a classificação botânica em relação as locais. Ao lado disso, a escrita das memórias, das histórias de vida dos sujeitos e das receitas de comidas eram uma ferramenta de estimular o reconhecimento da agência e a singularidade dos sujeitos. E foram nestes debates que, ao longo do ano, começaram a surgir novos relatos sobre a história de formação do povoado.

Deste modo, a perspectiva freiriana de educação (Freire 1996) adotada pelo corpo docente da EJA visava contribuir para o reconhecimento de que os sabe-

res científicos e escolares são uma forma de conhecer o mundo tão válida quanto os saberes tradicionais da comunidade.

Ao mesmo tempo, com a observação de que a prática docente proposta não condizia com a expectativa inicial dos moradores-estudantes, as aulas passaram por adaptações ao longo do ano, buscando incentivar a participação ativa dos estudantes e das suas narrativas. Neste fazer ‘com’ e não ‘para’ (Freire 1996), respeitar o tempo e as subjetividades da comunidade, foi fundamental para que processo não fosse invasivo e violento com os sujeitos.

Neste contexto, construir um processo educativo que seja sensível à leitura de mundo dos educandos e do contexto de vida dos sujeitos pode ser uma ferramenta de emancipação social, principalmente a partir da construção conjunta desta valorização dos saberes e fazeres da comunidade.

Assunção da identidade quilombola

A patrimonialização dos quilombos no Brasil, ou seja, o reconhecimento da cultura que se desenvolveu nestas comunidades e em seus territórios como bens culturais imateriais, tem motivações de salvaguardar legalmente a posse da terra e, conseqüentemente, preservar e manter o modo de vida único destas comunidades. Segundo Rodrigues (2010) o reconhecimento destes grupos, não faz parte de uma perspectiva patrimonial essencialista. Pelo contrário, faz parte de um movimento social que busca reconhecer as contribuições sociais, culturais e históricas destes povos na cultura brasileira, e das suas vozes, por vezes, dissonantes ou omitidas das narrativas oficiais da história.

As comunidades quilombolas não são homogêneas e, por isso, seu reconhecimento legal passa por um processo minucioso da Fundação Palmares. O Povoado do Moinho foi reconhecido como um resquício de quilombo na primeira das cinco etapas da certificação. Como a comunidade se desenvolveu com uma relação estreita com a cidade e seus imigrantes, o constante fluxo migratório para o povoado e a emigração dos ‘de dentro’, em busca de emprego na cidade, marcou a cultura do povoado, e suas tradições, festejos e modos de fazer já foram mais presentes do que agora.

Apesar de as análises realizadas indicarem que a autoidentificação da comunidade como quilombola ser uma ferramenta estratégica para perpetuar o modo de vida e valorizar os saberes locais, a assunção desta identidade possui diferentes significados entre os moradores do Moinho.

O Quilombo Kalunga é o maior e mais conhecido da região da Chapada dos Veadeiros. Segundo observações de Attuch (2006), ser identificado como kalungueiro era um termo pejorativo local. Deste modo, assumir uma ligação familiar

ou cultural com os Kalungas descapitalizava os sujeitos. E, apesar de serem quilombos diferentes (Povoado do Moinho e o Quilombo Kalunga), a simplificação da percepção dos cidadãos dos dois grupos quilombolas como se fossem o mesmo estendia esse termo, pejorativo, aos moradores do Povoado do Moinho.

Atualmente, a assunção da identidade kalunga possui outros significados. Essa relação passou por mudanças significativas a partir do fortalecimento das políticas de ação afirmativa no Brasil (Rodrigues, 2010). A exploração turística do território kalunga (como da cachoeira Santa Bárbara, e, recentemente, da projeção comercial da baunilha do cerrado) tem ressignificado esta expressão. Tanto a exploração comercial da sociobiodiversidade quanto gastronômica do cerrado têm valorizado o território e a cultura kalunga (Guéneau et al. 2017).

Segundo Amorim (2014), a atenção que os kalungas vêm recebendo da mídia, a presença cada vez maior de turistas, pesquisadores e dos interesses comerciais, aliados ao movimento de patrimonização dos quilombos, tem feito com que eles não só adotem esta denominação, como a reivindicuem e, em alguns casos, até se orgulhem dela. Para outros, esta identidade continua remetendo diretamente a dor e sofrimento do período da escravidão e dos estigmas associados ao quilombo, não sendo, portanto, confortável assumi-la. Deste modo, percebemos que o significado do que é pertencer a uma comunidade quilombola não é homogêneo.

No Povoado do Moinho, analisamos que, assim como os Kalungas, a afirmação da identidade quilombola parece ser estratégica para o resgate de tradições da comunidade, da valorização de sua história, memória e do desenvolvimento de um comércio justo. Alguns saberes-fazer são valorizados e reconhecidos, dentro e fora do povoado: as raizadas e outras medicinas do cerrado, os conhecimentos das parteiras, os licores, geleias e as bonecas de pano. Apesar disso, no comércio formal, os produtos comercializados e identificados como produzidos no Moinho são iniciativas que nem sempre beneficiam de forma justa a comunidade local, pois ela participa destes empreendimentos, em sua maioria, apenas como mão de obra.

A assunção da identidade quilombola e da singularidade da cultura tradicional dos ‘de dentro’ pode, portanto, ser benéfica para o desenvolvimento de estratégias próprias de comercialização de seus produtos e para que capitalizem, neste jogo simbólico, produtos representativos de um manejo ambientalmente sustentável, calcado nos modos de vida tradicional.

Ativação patrimonial

Se as análises acima apontam que a assunção da identidade quilombola pode ser estratégica tanto para a manutenção de um modo de vida próprio quanto como uma forma gerar renda para os moradores tradicionais da comunidade,

por outro lado o entendimento de que isso pode ser positivo é processual no povoado. Durante as aulas da EJA foi preciso muita delicadeza para provocar a memória e o compartilhamento das histórias dos moradores-estudantes. As violências do período escravocrata, as reproduções da mesma lógica exploratória ao longo das décadas subsequentes, as dificuldades de sobrevivência e a marginalização social destes sujeitos são dores ainda latentes entre os ‘de dentro’.

Segundo as análises de Attuch (2006), apesar deste povoado ser uma comunidade com mais de um século de existência, a história que é contada pelos próprios nativos é a versão oficial. Para a pesquisadora:

a diversidade étnico-cultural é silenciada pela memória dominante onde se lê e se escuta somente sobre o passado das grandes fazendas (...) os próprios membros do Moinho teriam incorporado tal silêncio ao lado da invisibilidades (Attuch 2006:49).

Se esta é a narrativa que comumente se ouve numa aproximação imediata, no decorrer das aulas da EJA, após estabelecermos uma relação de confiança entre os educadores e os estudantes, outras versões sobre a formação do povoado começaram a ser compartilhadas, assim como os relatos de memórias e histórias familiares que problematizam a versão romantizada que consta nos livros de história. A partir disso, podemos analisar o quanto é delicado tratar desta temática, e que a ressignificação destas memórias, também como uma expressão de força e resiliência, é um processo que deve ser cuidadoso e respeitoso com a subjetividade e o tempo dos sujeitos dentro da comunidade.

A EJA como parte do processo de mobilização de narrativas, valores, artefatos como referências identitárias no povoado, faz parte de um processo, que Prats (2005) denomina de ‘ativação patrimonial’, ou seja, do reconhecimento que a definição do que é um patrimônio é mobilizado por agentes e interesses. Neste processo, a memória é um mecanismo de construção desta identidade. No entanto, a memória compartilhada, antes de ser coletiva, é uma construção social. Como afirma Prats ‘la memoria es cambiante, selectiva, diversa, incluso contradictoria y relativa’ (2005:7). Portanto, é preciso reconhecer que esta construção da identidade do povoado faz parte de um jogo social acionados pela certificação da comunidade como resquício de quilombo, e que neste processo há uma seleção de determinados locais, objetos e narrativas tomados como representativos. Como por exemplo, no ano seguinte no período de matrículas da EJA foi observado foi que nem todos os moradores que necessitavam concluir seus estudos que estavam matriculados na EJA em 2018. Alguns não se matricularam por questões pessoais, mas também em razão de relações interpessoais da comunidade que privilegiam a participação de alguns e apagam a de outros. Em uma

visita dos educadores às famílias, esta relação ficou clara quando uma moradora tradicional afirmou que não era só a Dona Flor que tinha conhecimento sobre as plantas medicinais locais.

Deste modo, o aprofundamento das reflexões sobre ativação patrimonial pode contribuir para um olhar mais aprofundado e reflexivo sobre a atuação da EJA e das suas possíveis contribuições ao povoado ao reconhecer o papel social da educação neste contexto.

Considerações finais

Estas análises permitiram observar que o conteúdo das aulas da EJA e as habilidades cognitivas dos estudantes são tão importantes quanto a cocriação de leituras de mundo que potencializem a agência dos estudantes-moradores sobre a sua vida e o Povoado do Moinho. E que a disposição do olhar analítico da pesquisa sobre a prática educativa, tal qual propõe a pesquisa-ação, pode ser estratégica para a construção de um processo educativo que faça sentido para eles dentro de seu sistema cultural e simbólico. Ou seja, que seja construído com ‘eles’, não ‘para’ eles (Freire 1996).

Neste sentido, destacamos que se estas reflexões só podem ser úteis aos moradores-estudantes, se elas forem integradas à prática pedagógica, considerando as singularidades das microrrelações do povoado e das subjetividades dos sujeitos. De forma semelhante, se as análises dos princípios do comércio justo fazem coro à percepção dos moradores de que nem sempre são vantajosas as empreitadas comerciais desenvolvidas no povoado. Por outro lado, as relações sociais e afetivas construídas entre os ‘de dentro’ e os ‘chegantes’ tornam delicado tratar desta temática tão abertamente.

Refletir sobre estas nuances e o modo como os educadores-pesquisadores levam estas temáticas para a comunidade é fundamental na busca de uma ação em que os fins não justifiquem os meios e que a contribuição da pesquisa e da educação possa ser útil enquanto ferramenta que potencializa os sujeitos, na medida em que elas fazem sentido e respeitam as diversas nuances de dentro e fora do povoado.

Bibliografia

ALMEIDA, M. G. (2016) “Comunidades tradicionais quilombolas do nordeste de Goiás: quin-tais como expressões territoriais”, *Confins* 29, <http://journals.openedition.org/confins/11392>, acesso junho 13, 2019.

AMORIM, W. M. (2014) “*Kalunga*” *identidades territoriais de um gênero de vida em transição nas terras do nordeste goiano*, Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Federal de Goiás, IESA/UFG.

ATTUCH, I. M. (2006) *Conhecimentos tradicionais do cerrado: sobre a memória da Dona Flor, raizeira e parteira*, Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade de Brasília, UNB.

BRASIL. *Lei nº 6040*, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6040.htm acesso em agosto 15, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2010) *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro.

BOURDIEU, P. (2013) *A distinção: crítica social do julgamento*, São Paulo: Edusp. COORDENADORA LATINO-AMERICANA E DO CARIBE DE PEQUENOS PRODUTORES E TRABALHADORES DO COMÉRCIO JUSTO CLAC. <http://clac-comerciojusto.org/>. Acesso em agosto 18, 2019.

CAMPOS, L. R. (2018) *A Feira de Agricultores Familiares de Base Agroecológica do CAT no Município de Alto Paraíso de Goiás – GO*. Monografia de Pós-graduação em Sociobio-diversidade e Sustentabilidade no Cerrado, Centro de Estudos Avançados do Cerrado da Chapada dos Veadeiros, Universidade de Brasília, UNB Cerrado.

CARVALHO, G. L. (2004) “Entre a pobreza econômica e o patrimônio ambiental/ cultural: desafios e possibilidades do turismo no Nordeste Goiano”, In: VIII Encontro Nacional de Turismo com base local, 2004, Curitiba. *Anais do VIII Encontro Nacional de Turismo com base local*. Curitiba: Unicenp e UFPR, 2004. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/215/o/Carvalho_giselia_lima_pobreza_econ_mica.pdf acesso em abril 20, 2019.

CONTRERAS, J. e GRACIA, M. A. (2011) *Alimentação, sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

COSTA, E. B., ALMEIDA, M. G., OLIVEIRA, R. F. e RÚBIO, R. P. (2015) “Realização social da natureza pelo turismo na Chapada dos Veadeiros”, *Confins* 25, <http://journals.openedition.org/confins/10474>, acesso em junho 13, 2019.

FREIRE, P. (1996) *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.

GEERTZ, C. (1989) *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro: LTC.

GOIÁS. Secretaria de Educação, Cultura e Esporte. Instituto de Pesquisa, Ensino e Extensão em Arte Educação e Tecnologias Sustentáveis – IPEARTES (2017) *Diretrizes do Instituto de Pesquisa, Ensino e Extensão em Arte Educação e Tecnologias Sustentáveis*. Goiânia.

GOMES, F. dos S. (2015) *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*, São Paulo: Claro Enigma.

GUÉNEAU, S., DINIZ, J. D. A. S., MENDONÇA, S. D. Y GARCIA, J. P. (2017) “Construção social dos mercados de frutos do Cerrado: entre sociobiodiversidade e alta gastronomia”, *Século XXI: Revista de Ciências Sociais*, 7(1), 130-156.

LARANJEIRA, N. P., MEIRELES, C. C. Y GASPARINI, C. B. (Org.) (2012) *Povoado do Moinho: Alto Paraíso de Goiás, Brasília: Universidade de Brasília/ Centro de Estudos do Cerrado da Chapada dos Veadeiros*. 32

LUZ, M. T. (1988) *Natural, racional, social*, Rio de Janeiro: Campus.

MYERS, N. *et al* (2000) “Biodiversity hotspots for conservation priorities”, *Nature* 403(6772), 853-858

PRATS, L. (2005) “Concepto y gestión del patrimonio local”, *Cuadernos de Antropología Social* 21, 17-35.

RODRIGUES, V. (2010) “Programa Brasil Quilombola: um ensaio sobre a política pública de promoção da igualdade racial para comunidades de quilombos”, *Cadernos Gestão Pública e Cidadania* 15(57), 263-278.

SANTOS, B. S. (2004) “O Fórum Social Mundial: Manual de Uso”. Disponível em <http://www.boaventuradesousasantos.pt/documentos/fsm.pdf>> acesso março 10, 2018.

THIOLLENT, M. (2009) *Metodologia da pesquisa-ação*, São Paulo: Cortez.



© Christiane Ayumi Kuwae, 2020

© *Quaderns de l'ICA*, 2020

Ficha bibliográfica

AYUMI KUWAE, Christiane (2020), “Identidade quilombola e a ativação patrimonial no Povoado do Moinho”, *Quaderns de l'Institut Català d'Antropologia*, 36 (2), Barcelona: ICA, pp. 237-256. [ISSN 2385-4472].